



**ERIC COSTA DOS SANTOS RIBEIRO**

**A RESPOSTA DA DINAMARCA AOS DESAFIOS DO  
PENSAMENTO LIBERAL: A CRIAÇÃO DO ESTADO DE  
BEM-ESTAR SOCIAL**

Monografia apresentada como  
requisito parcial para a conclusão  
do curso de bacharelado em  
Relações Internacionais do Centro  
Universitário de Brasília –  
UniCEUB.

**BRASÍLIA - DF**

**2009**

**ERIC COSTA DOS SANTOS RIBEIRO**

**A RESPOSTA DA DINAMARCA AOS DESAFIOS DO  
PENSAMENTO LIBERAL: A CRIAÇÃO DO ESTADO DE BEM-  
ESTAR SOCIAL**

Banca Examinadora:

---

*Profª. Renata de Melo Rosa*  
(Orientadora)

---

*Prof. Marcelo Gonçalves do Valle*  
(Membro)

---

*Prof. Alaor Silvio Cardoso*  
(Membro)

**BRASÍLIA - DF**

**2009**

*À minha mãe, Elisabeth Costa dos Santos, que sempre priorizou a educação e formação acadêmica e nunca mediu esforços para que eu chegasse até essa etapa da minha vida. À minha família, Loren Coelho Pereira, Edgard Nascimento Ribeiro, Dadau, Erika, Thor, Marianne Sachs, Peter Holm-Jensen e Jonas Sachs Holm-Jensen.*

*Aos Professores Renata Rosa, Marcelo Gonçalves do Valle e Alaor Silvio Cardoso pela orientação e incentivo para a conclusão dessa monografia.*

*Ao Embaixador da Dinamarca Christian Kønigsfeldt.*

*Aos meus grandes amigos Márcio Lira Behind, Samuel Cattini e Lucas Lima.*

## RESUMO

A presente monografia tem por objetivo analisar os efeitos do mercado sobre a sociedade e as perspectivas de três escolas da Economia Política no âmbito das Relações Internacionais, a partir de críticas e desafios dos pensamentos Liberal, Marxista e Nacionalista. Dessa forma e categorizando também outros conceitos ao longo dessa monografia, permite-se fazer uma análise da resposta do Estado dinamarquês aos desafios impostos pela Escola Liberal no que se refere à formação do Estado de Bem-Estar Social, apresentando suas características e formação histórica e os desafios para o futuro.

Palavras-chave: Dinamarca. Estado de bem-estar social. Liberalismo Econômico. Marxismo. Nacionalismo.

## ABSTRACT

This paper aims at analysing the market effects on society as well as three perspectives of Political Economy within the International Relations, through the presentation of a critical review and the challenges of Liberal, Marxist and Nationalist thoughts. In this manner, and making use of other concepts in this paper, it is possible to analyse the response of the Danish State to the pressure imposed by the Liberal School in relation to the Welfare State establishment, presenting its characteristics and historical formation as well as the challenges to the future.

Keywords: Denmark. Welfare State. Economic Liberalism. Marxism. Nationalism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I – MERCADO, SOCIEDADE E TRÊS PERSPECTIVAS DA ECONOMIA POLÍTICA .....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 - MERCADO E SOCIEDADE .....</b>	<b>11</b>
<b>1.2 - TRÊS PERSPECTIVAS DA ECONOMIA POLÍTICA NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....</b>	<b>15</b>
a) <b>Perspectiva Liberal.....</b>	<b>15</b>
b) <b>Perspectiva Nacionalista .....</b>	<b>19</b>
c) <b>Perspectiva Marxista .....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO II – CRÍTICAS ÀS TRÊS PERSPECTIVAS E RESPOSTA DO PENSAMENTO LIBERAL .....</b>	<b>27</b>
<b>2.1 - CRÍTICAS ÀS TRÊS PERSPECTIVAS .....</b>	<b>27</b>
a) <b>Crítica do Liberalismo Econômico .....</b>	<b>27</b>
b) <b>Crítica do Nacionalismo Econômico.....</b>	<b>29</b>
c) <b>Crítica da Teoria Marxista .....</b>	<b>31</b>
<b>2.2 – RESPOSTA DO PENSAMENTO LIBERAL – BEM-ESTAR SOCIAL .....</b>	<b>33</b>
<b>CAPÍTULO III – A DINAMARCA E O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL ...</b>	<b>37</b>
<b>3.1 - HISTÓRIA.....</b>	<b>38</b>
<b>3.2 - BENEFÍCIOS DE BEM-ESTAR SOCIAL.....</b>	<b>40</b>
<b>3.3 - SERVIÇOS E EMPREGO.....</b>	<b>41</b>
<b>3.4 - O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL COMO COMPROMISSO POLÍTICO .....</b>	<b>42</b>
<b>3.5 - FUTURO DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL .....</b>	<b>44</b>
<b>3.6 - DESAFIOS.....</b>	<b>45</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>50</b>
<b>SITES VISITADOS.....</b>	<b>51</b>

**SUMÁRIO DE TABELAS**

<b>TABELA 3.1 – POPULAÇÃO.....</b>	<b>45</b>
<b>TABELA 3.2 – EXPECTATIVA DE VIDA.....</b>	<b>45</b>

## INTRODUÇÃO

Esta monografia discute as perspectivas de três escolas de Economia Política no âmbito das Relações Internacionais, a partir de críticas e desafios dos pensamentos Liberal, Marxista e Nacionalista.

A metodologia utilizada foi uma análise bibliográfica, sobretudo a partir da obra de Robert Gilpin<sup>1</sup> e de Luiz Carlos Bresser-Pereira<sup>2</sup>, assim como um parâmetro histórico do início do século XX, do período entre Guerras e do período pós II Guerra e início da Guerra Fria. Foi feita, também, análise e tradução da obra dinamarquesa Gyldendal Leksikon<sup>3</sup>, apresentando uma visão dinamarquesa sobre o assunto, além das perspectivas do Governo Dinamarquês sobre a importância e manutenção do Estado de bem-estar social.

Segundo Luiz Carlos Bresser-Pereira, a respeito do que chama de "Estado Logístico", "*a idéia geral é que só um Estado forte, um Estado capaz, pode garantir um mercado forte*"<sup>4</sup>. A partir deste debate, o enfoque analítico encontra-se na resposta do Estado dinamarquês às pressões impostas pela Escola Liberal no que se refere à tese do "Estado mínimo", contrário ao "Estado Logístico" de Bresser-Pereira. O modelo dinamarquês caminhou em outra linha e implantou plenamente o que muitos autores classificaram como Estado de bem-estar social.

O conceito de Estado de bem-estar social utilizado neste trabalho será aquele definido por Claus Offe, citado no trabalho de Suely Maria Ribeiro Leal<sup>5</sup>, do qual consta que a função do Estado:

---

<sup>1</sup> **GILPIN**, Robert. *A Economia Política das Relações Internacionais*. Princeton University Press, 1987.

<sup>2</sup> **BRESSER-PEREIRA**, Luiz Carlos. *Estado e Mercado no novo desenvolvimentismo*. 2007, disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.Estado&mercadoNoNovoDesenvolvimento.pdf>

<sup>3</sup> Gyldendal Leksikon, disponível em inglês em [www.denmark.dk](http://www.denmark.dk).

<sup>4</sup> **BRESSER-PEREIRA**, Luiz Carlos, apud Sukiennik, Bernardo Pablo. *Estado Logístico: contribuição das relações internacionais do Direito*. Disponível em <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/view/22505/22068>

<sup>5</sup> **LEAL**, Suely Maria Ribeiro. *A outra face da crise do Estado de Bem-Estar Sócia: Neo-liberalismo e os novos movimentos da sociedade do trabalho*. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1990.



*"define-se como um conjunto de habilitações legais dos cidadãos para transferir pagamentos dos esquemas de seguro social compulsório para os serviços organizados do Estado, em uma grande variedade de casos definidos de necessidades e contingências. Sua atuação está voltada para cobertura dos riscos e incertezas, aos quais estão expostos os trabalhadores assalariados e suas famílias".<sup>6</sup>*

Ou seja, um Estado regulador, que cobra altas contribuições do cidadão, fornecendo, em troca, auxílios e benefícios, ao mesmo tempo em que estimula o crescimento econômico. Nesse sentido, há a necessidade de uma política econômica 'ativa', com a finalidade de estimular e regularizar o crescimento econômico, ao tempo em que o dividendo dos impostos que resulta daquele crescimento permita o estabelecimento e manutenção de programas de um Estado de bem-estar social (LEAL, Suely Maria Ribeiro).

Será feita uma abordagem da mudança de paradigma do Estado dinamarquês à luz das perspectivas Liberal, Nacionalista e Marxista, a partir dos desafios que este país tem enfrentado com novos temas e escolhas políticas das Relações Internacionais contemporâneas.

A relevância desta pesquisa está em discutir a tomada de decisão na esfera política dos Estados e analisar o caminho pelo qual a Dinamarca conseguiu obter o *status* de uma das melhores qualidades de vida do mundo, com um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) igual a 0,949, conforme Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)<sup>7</sup>.

O Capítulo I tratará do debate a respeito das conseqüências econômicas do mercado, especialmente da relação entre o Estado e o mercado, além do significado do mercado para o crescimento econômico, vistos de três perspectivas da Economia Política no âmbito das Relações Internacionais, o liberalismo econômico, o nacionalismo e o marxismo. Serão apresentadas as características de cada pensamento, com enfoque maior no debate entre o a Escola Liberal e a Escola Marxista.

---

<sup>6</sup> Claus Offe, apud Suely Maria Ribeiro Leal, p. 8.

<sup>7</sup> Veja o relatório em [http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh20072008/hdr\\_20072008\\_pt\\_complete.pdf](http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh20072008/hdr_20072008_pt_complete.pdf)

O Capítulo II apresentará as críticas de cada pensamento descrito no Capítulo I, além de apresentar a resposta da Dinamarca ao pensamento Liberal frente aos desafios impostos pelo pensamento Nacionalista e, em especial, pelo pensamento Marxista. Será feita uma abordagem histórica desde o final século XIX, para apresentar as principais influências que levaram a formação do Estado de bem-estar social nos padrões europeus, mais especificamente na Escandinávia.

Por fim, o Capítulo III fará uma descrição do Estado de bem-estar social dinamarquês, apresentando sua formação histórica, suas principais características e os desafios para o futuro.

## CAPÍTULO I – MERCADO, SOCIEDADE E TRÊS PERSPECTIVAS DA ECONOMIA POLÍTICA

### 1.1 - Mercado e sociedade

Para iniciar o trabalho, será feita uma descrição sobre as conseqüências econômicas do mercado sobre a sociedade, segundo a visão de Robert Gilpin. Seguindo as idéias do autor, o sistema de mercado interno ou internacional tende a criar uma divisão hierárquica de trabalho entre os produtores, baseada essencialmente na especialização e na lei das vantagens comparativas, de acordo com o conceito desenvolvido por David Ricardo em 1817, em que cada um deve se dedicar e se especializar naqueles produtos de custos comparativos menores.

Há, portanto, uma reordenação da sociedade – interna e internacional, da qual surge "*um centro dinâmico e uma periferia independente*"<sup>8</sup>, sendo que o centro se caracteriza principalmente pelo seu desenvolvimento econômico e pela tecnologia avançada. Tal reordenação faz com que a periferia dependa do centro, especialmente sendo o centro uma fonte de técnicas produtivas e um mercado para as exportações de produtos básicos da periferia. Com tal tendência, observa-se que, pelo menos no curto prazo, cria-se um centro e uma periferia, sendo que "*à medida que o centro cresce, incorpora à sua órbita parte da periferia*".<sup>9</sup>

Por outro lado, no longo prazo, novos centros se formam na periferia, tornando-se núcleos alternativos de crescimento, como conseqüência da difusão da tecnologia produtiva e do processo de crescimento. E, considerando a grande interligação entre os campos da política e da economia, é válido salientar que aquela tendência de criação do centro e da periferia com novos núcleos tem conseqüências profundas para esses campos.

Ademais, os mercados tendem a concentrar riqueza em determinados grupos, classes ou regiões. Isso se deve essencialmente, segundo Robert Gilpin, "*a fatores como as economias de escala, a renda dos monopólios, os efeitos das externalidades positivas*

---

<sup>8</sup> Robert Gilpin, p. 38.

<sup>9</sup> Ibidem.

*(transferência de uma atividade para outra), e as vantagens do aprendizado e da experiência".<sup>10</sup>*

Esses grupos caracterizam-se por constituírem novos núcleos de crescimento em que as condições são mais favoráveis. A consequência, dentre outros motivos, devido à atuação daqueles grupos, é que economia de mercado tende a promover um processo de desenvolvimento irregular, seja internamente no Estado, seja internacionalmente.

Fazendo uma análise mais específica no que se refere aos efeitos do mercado e as relações políticas, é importante citar aqui a lei das vantagens comparativas de David Ricardo, que, resumidamente, implica que as sociedades se organizam em termos de eficiência relativa. Ou seja, de acordo com a divisão universal do trabalho, baseada na especialização, na qual cada ator se beneficia de acordo com a contribuição que dá ao conjunto. Aqui, Gilpin defende a lei de vantagens comparativas, afirmando ser uma chance de nações com menos recursos poderem encontrar um nicho de prosperidade. Para isso, presume também uma harmonia fundamental de interesses entre os indivíduos, grupos e as nações por trás do crescimento e da expansão de mercado e da interdependência econômica.

Entretanto, fazendo uma análise crítica à visão de David Ricardo, observa-se uma visão limitada no que diz respeito à relação entre política e economia. Ou seja, cada um encontra o seu lugar no mercado, mas dentro de uma relação de poder e a partir de relações hierarquizadas e fixas. Por exemplo: se um país tem vocação para produzir banana, é conveniente que ele continue produzindo banana para sempre? E o que produz tecnologia, seguirá continuamente tendo muito maior valor agregado que os outros? Portanto, identifica-se um problema no princípio das vantagens comparativas, pois somente assume a existência de diferenças, mas deixa de lado a compreensão ou identificação das razões que poderão explicar as diferenças existentes, da mesma maneira que não se possibilita analisar os efeitos distributivos do rendimento.

Robert Gilpin cita, assim, algumas consequências dessa relação complexa entre mercado e política. Primeiramente, como consequência do mercado sobre as relações políticas observam-se os efeitos perturbadores do mercado sobre a sociedade. Para o

---

<sup>10</sup> Robert Gilpin, p. 38.

autor, a introdução das forças do mercado e do mecanismo dos preços em uma sociedade tende a sobrepor-se às instituições e às relações sociais da tradição, e até mesmo dissolvê-las. Como tratar então os ineficientes, considerando que a competição da eficiência os expulsa do sistema? De tal maneira, o mercado faz com que haja grande transformação social e política.

A segunda consequência, de acordo com Robert Gilpin é o fato de o mercado afetar significativamente a distribuição de riqueza e poder entre as sociedades e dentro de cada uma. Teoricamente, todos podem aproveitar. Porém, considerando as relações de poder dentro e fora da sociedade, será que todos aproveitarão de fato?

Outro efeito é que a interdependência econômica cria uma relação de poder entre grupos e sociedades. Os mercados não são politicamente neutros, criam poder econômico que extrapola (talvez propositadamente) o alcance dos Estados nacionais. A interdependência provoca vulnerabilidade que pode ser explorada e manipulada. De acordo com Hirschman, *"o poder de interromper as relações comerciais e financeiras com qualquer país é a causa fundamental da posição de influência ou de poder que um país adquire com relação a outros"*.<sup>11</sup>

No entanto, não se pode deixar de lado a importância de uma economia de mercado e seus benefícios, especialmente no que se refere ao crescimento da economia e das riquezas dos que estão envolvidos. É claro que os benefícios virão seguidos de custos para os grupos e sociedades. De um lado, a especialização e a divisão do trabalho promovem o crescimento da economia e o aumento da riqueza dos que participam do mercado. Embora esses benefícios não se distribuam de forma igualitária, de modo geral, todos ganham em termos absolutos. Assim, poucas sociedades procuram fugir à participação no sistema econômico mundial (GILPIN, Robert).

A grande questão está em torno daquela distribuição de riquezas, ou seja, o desafio de ter economias de mercado em que todos ganhem, sem distribuição desigual e conseqüente concentração de riquezas em certos grupos, o que acaba levando certos Estados a se protegerem, gerando, assim, distúrbios ao livre mercado. Tais distúrbios podem ser motivados pela proteção dos Estados ao limitar os custos que incidem sobre

eles e sobre o cidadão, já que a economia de mercado impõe custos econômicos, sociais e políticos a determinados grupos e sociedades, de forma que, em termos relativos, alguns se beneficiam mais do que outros. No mundo contemporâneo, a disputa entre grupos e Estados, a propósito dessa distribuição de vantagens e custos, tornou-se dado importante nas relações internacionais (GILPIN, Robert).

Para tentar compreender os efeitos do mercado sobre as sociedades e buscar a compreensão do inter-relacionamento dos atores nas relações internacionais, descreverei visões e perspectivas distintas da economia política no âmbito das Relações Internacionais, especialmente sobre a relação entre o Estado e o mercado, o significado do mercado para o crescimento econômico e para a distribuição de riquezas, além de seu papel na organização das sociedades nacionais e internacionais.

Para isso, será mantida a linha de raciocínio de Robert Gilpin, o qual descreve três perspectivas da Economia Política, a saber: o Liberalismo Econômico, o Marxismo e o Nacionalismo Econômico.

*"O liberalismo econômico, o marxismo e o nacionalismo econômico subsistiam com força total do fim do século XX, ao definir as perspectivas conflitantes que as pessoas têm com respeito às implicações do sistema de mercado para as sociedades nacionais e a internacional. Muitos dos temas que eram controversos nos séculos XVII e XIX voltaram a ser debatidos intensamente".<sup>12</sup>*

E, considerando a intensificação do debate de tais temas controversos, é importante fazer uma análise das características de cada uma das três linhas de pensamento, o que pode ser visto a seguir.

---

<sup>11</sup> Hirschman, 1945, p. 16, apud Robert Gilpin, p. 41.

<sup>12</sup> Robert Gilpin, p. 44.

## 1.2 - Três perspectivas da Economia Política no âmbito das Relações Internacionais

### a) Perspectiva Liberal

A Teoria Liberal é bastante ampla e dispõe de diversos valores a respeito de inúmeros assuntos, tais como livre mercado, mínima intervenção estatal, liberdade do indivíduo, dentre outras. Sendo assim, para facilitar a compreensão do estudo, fiquemos mais voltados aos conceitos da teoria liberal no que tange seu componente econômico.

Tal teoria está diretamente ligada à vida acadêmica, no estudo das relações econômicas, e na análise da trajetória de países como Reino Unido, Estados Unidos e de países da Europa Ocidental. Desde Adam Smith até os contemporâneos, os pensadores liberais têm compartilhado um conjunto coerente de premissas e crenças sobre a natureza dos seres humanos, a sociedade e as atividades econômicas (GILPIN, Robert).

Na história da economia política, a corrente de pensamento do liberalismo já foi citado e descrito de diversas formas, tais como o clássico, neoclássico, keynesiano, monetarista, austríaco, das expectativas racionais, dentre outras. Tais formas incluem desde as que priorizam a igualdade e tendem à democracia social e aceitam o intervencionismo estatal para alcançar seus objetivos, até aquelas que enfatizam a liberdade e a não intervenção governamental, à custa da igualdade social.

Para este estudo, será utilizado o conceito sobre liberalismo econômico definido por Robert Gilpin, baseado nas idéias de Adam Smith.

*"Todas as formas do liberalismo econômico estão comprometidas com o mercado e com o mecanismo dos preços como o meio mais eficiente de organizar as relações econômicas internas e internacionais. Com efeito, o liberalismo pode ser definido como uma doutrina e um conjunto de princípios para organizar e administrar uma economia de mercado, de modo a obter o máximo de eficiência, crescimento econômico e bem estar individual".<sup>13</sup>*

O Liberalismo Econômico tem como premissa a visão do surgimento do mercado de forma espontânea, que funciona com sua própria lógica interna. O homem

---

<sup>13</sup> Robert Gilpin, p. 45.

é, por natureza, um animal natural e, portanto, os mercados desenvolvem-se naturalmente, sem uma direção central. A premissa do mercado no aumento da eficiência econômica, na maximização do crescimento da economia e, portanto, na melhoria do bem-estar humano.

Há, também, a preocupação da teoria liberal com relação ao Estado, vista de um ângulo diferente das outras perspectivas que serão desenvolvidas no decorrer deste trabalho. Martin Carnoy define a visão liberal sobre o Estado: "*O melhor Estado é o menor Estado*"<sup>14</sup>. O objetivo principal da atividade liberal é beneficiar os consumidores individuais. Ainda assim, alguns liberais acreditam que a atividade econômica aumenta o poder e a segurança do Estado. Sua defesa fundamental do livre comércio e da abertura dos mercados é que eles aumentam a gama de bens e serviços. No que se refere ao campo de atuação do Estado, Carnoy coloca que o Estado deveria ser a expressão perfeita das vontades dos homens, trabalhando somente para investir naquelas mercadorias e serviços que o sistema da livre-empresa acha não lucrativos, além das demandas públicas (defesa, rodovias e algumas formas de educação, por exemplo).

É importante salientar a presunção dos liberais em achar que todos partem de um mesmo ponto, com possibilidades semelhantes e acesso a informações completas, o que lhes permite selecionar o curso de ação que lhes traz mais benefícios.

*"Produtores e consumidores individuais serão muito sensíveis aos sinais dos preços, e isso criará uma economia flexível, em que qualquer mudança nos preços relativos provoque uma mudança correspondente na estrutura da produção, do consumo e das instituições econômicas; estas últimas seriam o produto e não a causa do comportamento econômico".<sup>15</sup>*

Para os liberais a lei da Demanda<sup>16</sup> governa a economia de mercado. Tal lei afirma que as pessoas comprarão mais de um bem se o seu preço relativo cair, e menos se ele subir. O mesmo ocorre sobre sua renda, ou seja, as pessoas tenderão a comprar mais se sua renda relativa aumentar, e menos se ela diminuir. Qualquer desenvolvimento que mude o preço relativo de um bem, ou o rendimento relativo de um ator, criará um estímulo, positivo ou negativo, para adquirir (ou produzir) mais ou menos desse bem.

---

<sup>14</sup> CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. 7ª Edição, p. 313.

<sup>15</sup> Davis e North, 1971, apud Gilpin, p. 47.



Robert Gilpin considera aquela lei como tendo profundas ramificações em toda sociedade e que ele é fundamental para o funcionamento do sistema de mercado, sem deixar de lado algumas exceções a esse conceito.

O liberalismo tem como característica a estabilidade da economia de mercado, além de sua forte tendência para o equilíbrio, pelo menos no longo prazo. Ou seja, independentemente do fator que leva certo mercado a se desequilibrar, o mecanismo dos preços reconduzirá o mercado a um novo estado de equilíbrio. Os preços e a produção serão restabelecidos. Portanto, uma mudança, seja na oferta seja na demanda de um bem, provocará mudanças no preço desse bem. A técnica mais importante da análise econômica moderna, a estática comparativa inventada por David Ricardo, baseia-se nessa premissa de que há uma tendência para o equilíbrio.

A técnica da estática comparativa "*consiste em um modelo de mercado em estado de equilíbrio, no qual é introduzida uma variável exógena, calculando-se o novo estado de equilíbrio*"<sup>17</sup>. Porém, tal técnica também pode ser considerada limitada, caso se considere que, de maneira semelhante ao princípio das vantagens comparativas, não se levam em consideração as origens da variável exógena, limitando, conseqüentemente, a análise do motivo que levou ao desequilíbrio no mercado.

A competição no mercado de produtores e consumidores cria, em longo prazo, uma harmonia fundamental de seus interesses, a qual superará qualquer conflito temporário. A motivação do auto-interesse pelos atores individuais aumentará o bem-estar social porque conduz a uma maximização da eficiência, e o crescimento econômico resultante eventualmente trará vantagens para todos.

*"Em essência, os liberais acreditam que o comércio e o intercâmbio econômico constituem uma fonte de relações pacíficas entre as nações, porque os benefícios recíprocos do comércio e da interdependência em expansão entre as economias nacionais tenderão a promover entre elas relações cooperativas. Uma economia internacional liberal será uma influência moderadora sobre a política internacional a criar laços de interesse comum e um compromisso com o status quo".*<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> (conforme descrita em Becker, 1976, p. 6).

<sup>17</sup> Robert Gilpin, p. 48.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 49.

Entretanto, mesmo havendo ganhos para todos em termos absolutos, em um regime de livre comércio, os ganhos em termos relativos serão diferentes. E é exatamente a questão dos ganhos relativos e da distribuição da riqueza gerada pelo mercado que fundamentam os outros dois pensamentos, o Nacionalismo Econômico e o Marxismo, discutidos a seguir.

## b) Perspectiva Nacionalista

Ainda que a perspectiva Nacionalista tenha sofrido diversas alterações durante a história, nas formas de mercantilismo, estatismo, protecionismo, escola alemã e, mais recentemente, neoprotecionismo, ainda mantém uma idéia central, ou seja, a de que as atividades econômicas devem estar subordinadas à meta da construção e do fortalecimento do Estado. Além disso, de acordo com tal perspectiva, identificam-se três características como fundamentais para a organização e funcionamento do sistema internacional, a primazia do Estado, a segurança nacional e o poder militar.

Dentro dessa perspectiva, observam-se duas linhas de pensamento, uma que Gilpin chama de mercantilismo benigno e outra de mercantilismo maligno. Por mercantilismo benigno, entende-se que *"alguns nacionalistas consideram a salvaguarda do interesse econômico nacional como o mínimo essencial para a segurança e a sobrevivência do Estado"*<sup>19</sup>. Por mercantilismo maligno, entende-se que *"há nacionalistas que consideram a economia internacional como uma arena para a expansão imperialista e para o engrandecimento da nação"*<sup>20</sup>.

Outro ponto importante a ser salientado é a relação poder e riqueza vista pela perspectiva nacionalista. Comparada à perspectiva liberal descrita anteriormente, a qual de modo geral busca o poder e a riqueza, a perspectiva nacionalista vê essa relação de forma complementar. Para os nacionalistas econômicos, os fatores econômicos tem grande importância nas relações internacionais. Eles consideram a disputa entre os Estados – capitalistas, socialistas ou de outra natureza – por recursos econômicos inerente à natureza do próprio sistema internacional. Pelo menos no longo prazo, os Estados buscam igualmente a riqueza e o poder.

Fica claro também a importância que os fatos históricos tiveram nas perspectivas do pensamento nacionalista, mais especificamente na relação entre poder econômico e segurança nacional. O nacionalismo econômico refletiu acontecimentos políticos, econômicos e militares dos séculos XVI, XVII e XVIII. Alguns fatores tiveram maior

---

<sup>19</sup> Robert Gilpin, p. 50.

<sup>20</sup> Ibidem.

influência sobre o desenvolvimento de tal perspectiva, dentre outros, a emergência de Estados nacionais poderosos, o surgimento de uma classe média dedicada ao comércio cada vez mais à manufatura, e o ritmo mais intenso da atividade econômica decorrente de mudanças ocorridas na Europa e da descoberta do Novo Mundo, com recursos abundantes. Foram também importantes a evolução de uma economia de mercado monetarizada e a grande transformação ocorrida na arte militar, transformação esta que tem sido caracterizada como a Revolução Militar (GILPIN, Robert).

A industrialização é o objetivo principal do nacionalismo. Os nacionalistas vêem a indústria com uma influência positiva à economia e associam a indústria com a auto-suficiência econômica e a autonomia política. Consideram, ademais, a indústria como a base do poder militar.

No que se refere às conseqüências do pensamento nacionalista, pode-se afirmar que tal perspectiva cria relações de poder entre economias mais fortes sobre economias mais fracas e tem a tendência a concentrar riquezas, além de enfatizar a auto-suficiência e não a interdependência econômica.

### c) Perspectiva Marxista

Para iniciar a perspectiva marxista, será utilizada uma comparação feita por Martin Carnoy<sup>21</sup>, a qual afirma que as teorias do Estado baseadas em uma análise marxista e de perspectiva de classe diferem essencialmente das teorias fundamentadas nos princípios liberais no que se refere a postularem que o Estado é uma expressão ou condensação de relações de classe, sendo que essas relações implicam na dominação de um grupo por outro. Dessa forma, o Estado é, ao mesmo tempo, um produto das relações de dominação e o seu modelador.

Assim como ocorreu com os pensamentos liberalismo e nacionalismo, o marxismo sofreu mudanças em toda sua história e sempre esteve sujeito a interpretações conflitantes. Sendo assim, da mesma maneira que o liberalismo e o nacionalismo, o marxismo desenvolveu-se de modo significativo desde que suas idéias fundamentais foram lançadas por Karl Marx e Friederich Engels, em meados do século XIX, lembrando que, embora houvesse diferenças importantes entre o pensamento de Engels e o de Marx, serão tomados aqui os escritos de Marx como contribuição conjunta de ambos. Por outro lado, é válido lembrar que os teóricos marxistas atuais desenvolvem uma análise política que estava incompleta na obra de Marx.

Sendo assim, identificam-se duas modalidades fundamentais que podem ser discernidas no marxismo moderno.

*"A primeira é o marxismo evolucionário da democracia social, associada a Eduard Bernstein e Karl Kaustky; no mundo contemporâneo, ela se reduziu em importância, e mal pode ser distinguida do liberalismo igualitário. No outro extremo temos o marxismo revolucionário de Lenin e, pelo menos em teoria, da União Soviética. Em razão do seu triunfo como a ideologia predominante em uma das duas superpotências mundiais, essa variedade do marxismo é a mais importante".<sup>22</sup>*

Com base nisso, identificam-se quatro elementos essenciais no conjunto dos escritos de Marx, a despeito da existência dessas diferentes variedades de marxismo:

---

<sup>21</sup> Martin Carnoy, p. 316.

<sup>22</sup> Robert Gilpin, p. 53.

O primeiro elemento citado é a questão da dialética ao conhecimento e à sociedade, na qual Marx considera a realidade como dinâmica e conflituosa. A luta de classe leva a desequilíbrios sociais e a mudanças deles decorrentes e ao choque das contradições inerentes aos fenômenos sociais e políticos. Embora seja considerado possível para os Liberais, para os Marxistas não há uma harmonia social inerente que promova o retorno à situação de equilíbrio.

O segundo elemento é a visão materialista da história, sobre o qual se entende que o desenvolvimento das forças produtivas e as atividades econômicas são a base das mudanças históricas e funcionam por meio da luta de classes a respeito da distribuição do produto social.

O terceiro elemento, e o que mais interessa no desenvolvimento desse trabalho, é a perspectiva do desenvolvimento do capitalismo, o qual considera a existência de um conjunto de leis econômicas, as quais determinam o modo de produção capitalista e o seu destino.

O quarto elemento é o compromisso normativo com o socialismo. Neste, os marxistas acreditam que a sociedade socialista é não somente necessária como também uma meta desejável para o desenvolvimento histórico.

Retornando ao terceiro elemento, ou seja, a perspectiva geral do desenvolvimento do capitalismo, Gilpin faz uma análise mais profunda:

*"O marxismo caracteriza o capitalismo como a propriedade privada dos meios de produção e a existência de trabalhadores assalariados. Acredita que o capitalismo seja impulsionado por capitalistas em busca de lucros, seguindo a acumulação de capital em uma economia de mercado competitiva. O trabalho passou a ser uma mercadoria, sujeita ao mecanismo dos preços. Para Marx, essas duas características principais do capitalismo são responsáveis pela sua natureza dinâmica, tornando-o mecanismo econômico mais produtivo já visto".<sup>23</sup>*

Tal característica do capitalismo, embora tenha o objetivo de desenvolver e unificar o globo faria com que levasse a seu fim. E assim, segundo Marx, a origem, a evolução e o fim do sistema capitalista são determinados por três leis econômicas

---

<sup>23</sup> Robert Gilpin, p. 54.

inevitáveis: a lei da desproporcionalidade, a lei da concentração (ou acumulação) do capital e a lei da taxa de lucro cadente.

A primeira lei econômica citada, ou seja, a lei da desproporcionalidade implica negar a lei de Say. *"Em termos simplificados... sustenta que a oferta cria a sua própria demanda, de modo que, exceto por breves períodos, haverá sempre um equilíbrio entre as duas"*<sup>24</sup>. Ou seja, a lei de Say afirma que, em uma economia de mercado capitalista, o processo de recondução ao ponto de equilíbrio torna a superprodução impossível.

Por outro lado, Marx argumenta a não existência do referido equilíbrio da economia de mercado capitalista, considerando haver uma proporção recorrente entre o que é produzido e aquilo que é consumido, ou seja, a incapacidade dos consumidores assalariados em adquirir aquilo que é produzido, o que levaria a um sistema, como pode ser visto na passagem abaixo.

*"Marx, como mais tarde John Maynard Keynes, negava a existência dessa tendência para o equilíbrio, e argumentava que as economias capitalistas tendem a produzir em excesso determinados tipos de mercadorias. Para Marx, há no capitalismo uma contradição intrínseca entre a sua capacidade de produzir bens e a possibilidade que têm os consumidores (assalariados) de adquirir esses bens; assim, a falta de proporção recorrente entre o que é produzido e o que é consumido, em razão da anarquia do mercado, provoca flutuações econômicas e depressões periódicas. Previa que essas crises econômicas se tornariam cada vez mais sérias e terminariam por obrigar o proletariado a rebelar-se contra o sistema"*.<sup>25</sup>

No que se refere à segunda lei econômica inevitável, ou seja, a lei da concentração de capitais, Marx considera o fato de que a evolução do capitalismo é acompanhada por uma concentração e um acúmulo de riquezas nas mãos de poucos, o que também levaria a uma eventual revolução social. Para Marx, a maior característica do capitalismo é a busca de lucros e a necessidade de acumular e de investir. A competição obriga os capitalistas a aumentar sua eficiência e seu investimento de capital, para não ficarem fora do sistema. O resultado, segundo Marx, é que a evolução do sistema se faz mediante uma crescente concentração da riqueza nas mãos dos poucos atores eficientes, com o empobrecimento cada vez maior de muitos outros. A pequena burguesia é empurrada para as fileiras em expansão do proletariado empobrecido;

---

<sup>24</sup> Sowel, 1972, apud Gilpin p. 54.

<sup>25</sup> Robert Gilpin p. 54..

aumenta o exército de reserva dos desempregados; os salários diminuem e a sociedade capitalista fica madura para a revolução social.

A terceira lei econômica inevitável é a da taxa de lucro cadente, ou seja, uma taxa de retorno decrescente que leva a um desincentivo ao investimento. Tal lei é não somente identificada pelos marxistas, como também pelos liberais. A diferença é que, para os liberais, há uma solução. A solução, para os Liberais, estaria *na exportação de capital e de manufaturados, assim como na importação de alimentos baratos*".<sup>26</sup>

Enquanto que para Marx, é irreversível. Os capitalistas são obrigados a aumentar sua eficiência e sua produtividade, mediante investimentos em tecnologia mais produtiva e menos dependente do trabalho, o que faria com que o nível de desemprego tendesse a crescer e a taxa de lucro, ou mais-valia, a diminuir. Assim, os capitalistas perderiam o incentivo para investir em empreendimentos produtivos, fonte de emprego. Isso levaria à estagnação econômica, ao aumento do desemprego e ao empobrecimento do proletariado. Isso faria com que os trabalhadores a se rebelassem e destruíssem o sistema capitalista.

Ainda que Marx considere os capitalistas individualmente racionais, sua maior crítica àquele sistema é que o sistema capitalista é irracional. Ou seja, a perspectiva marxista presume que o sistema capitalista permite a desproporcionalidade, o acúmulo de riquezas e a substituição da força de trabalho, o proletariado. Todos esses fatores levariam a uma derrubada do sistema e, em substituição, o estabelecimento do sistema socialista.

*"O mercado competitivo obriga os capitalistas a poupar, a investir e acumular. Se a busca de lucros é o combustível do capitalismo, os investimentos são o seu motor, e o resultado é a acumulação. De modo geral, contudo, esse capital acumulado dos capitalistas individuais leva à superprodução periódica de bens, ao excesso de capital e ao desaparecimento dos incentivos para investir. Como o tempo, a severidade crescente dos ciclos econômicos e a tendência de longo prazo para a estagnação levam o proletariado a derrubar o sistema por meio da violência revolucionária. Assim, a contradição inerente ao capitalismo consiste no fato de, com a acumulação de capital, o sistema plantar as sementes da sua própria destruição e ser substituído pelo sistema socialista".*<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Mill, 1970 [1848], p. 97-104, apud Gilpin, p. 55.

<sup>27</sup> Robert Gilpin, p. 55.



Entretanto, a perspectiva marxista sofreu grandes mudanças em meados do século XIX, como consequência de não ter havido a revolução socialista prevista por Marx. Pelo contrário, de um lado crescia a força do nacionalismo e cada vez mais o sistema capitalista, por meio de seus êxitos econômicos, se firmava. Ficou clara a preocupação por parte dos marxistas, especialmente Lenin, com a expansão do capitalismo. Tais acontecimentos culminaram no *Imperialismo* de Lenin, publicado pela primeira vez em 1917.

A principal transformação com o *Imperialismo* de Lenin foi fazer com que a teoria marxista deixasse de ser limitada ao ambiente interno do Estado e a tornasse uma teoria de relações entre Estados e da econômica internacional. De um lado, considera-se que, ao manifestar seu pensamento, Lenin, de fato, converteu o marxismo de uma teoria focalizada essencialmente na economia nacional em uma teoria das relações políticas e econômicas entre os Estados capitalistas". Por outro lado, Martin Carnoy<sup>28</sup> reconhece que os Marxistas atuais se opõem à visão de Lenin sobre o Estado, no sentido que o Estado não é considerado simplesmente como um instrumento da classe dominante e contestam a idéia de uma teoria universal sobre o Estado, propondo análises históricas específicas no seio das concepções universais relativas ao Estado e à sociedade capitalista.

Segundo Lenin, o capitalismo tinha sim conseguido escapar das três leis inevitáveis. Porém, isso somente foi possível devido à existência de colônias, o que permitia às economias capitalistas a possibilidade de vender as mercadorias produzidas, que não encontravam mercado dentro dos seus países, além de adquirir recursos a baixo custo e exportar seu excesso de capital.

Ou seja, para Lenin, o capitalismo dependia do imperialismo colonialista, da expansão ao exterior em busca de colônias para evitar a estagnação e eventual revolução. Daí que surge a quarta lei do marxismo sobre o capitalismo, a lei do desenvolvimento desigual. Segundo essa nova lei acrescentada por Lenin, com o amadurecimento das economias capitalistas e o acúmulo de capital, e à medida que as taxas de juros diminuem, as economias capitalistas são obrigadas a buscar colônias e a

---

<sup>28</sup> Martin Carnoy, pp. 316 e 317.

criar dependências que lhes sirvam de mercados, saída para investimentos e para fontes de alimentos e matérias-primas.

E foi nesse ponto que houve a maior diferença entre os pensamentos de Marx e de Lenin. Ambos concordavam que o capitalismo era um sistema autodestrutivo. Entretanto, enquanto Marx acreditava que a contradição intrínseca do capitalismo estava na conseqüente luta de classes, Lenin, em uma visão mais ampla e internacional, acreditava que a contradição do capitalismo residia na conseqüente luta entre nações. Lenin argumentava que a contradição inerente ao capitalismo é o fato de, o desenvolver o mundo, ele plantar as sementes políticas da sua própria destruição e difundir a tecnologia, a indústria e o poder militar. Cria competidores estrangeiros com salários mais baixos e um padrão de vida que pode competir vantajosamente no mercado mundial com a economia até então dominante. A intensificação da competição econômica e política entre as potências capitalistas ascendentes e declinantes gera conflitos econômicos, rivalidades imperiais e, eventualmente, a guerra. Para Lenin, esse tinha sido o destino da economia liberal do século XIX, centralizada na Inglaterra (GILPIN, Robert).

Conforme pôde ser visto neste capítulo, há um grande debate em relação a diferentes visões sobre o Estado e suas relações com o mercado, assim como sobre as influências que o mercado tem sobre a sociedade. Considerando as principais características das três linhas de pensamento da economia política descritas neste capítulo, permite-se fazer uma melhor análise sobre o assunto, mas, para isso, deve-se também considerar as críticas entre os três pensamentos, o que será elaborado no capítulo a seguir.

## CAPÍTULO II – CRÍTICAS ÀS TRÊS PERSPECTIVAS E RESPOSTA DO PENSAMENTO LIBERAL

### 2.1 - Críticas às três perspectivas

#### a) Crítica do Liberalismo Econômico

Antes de dar início às críticas ao liberalismo, é válido retornar aqui algumas de suas principais características. O liberalismo incorpora um conjunto de instrumentos analíticos e de prescrições de políticas que permitem a uma sociedade maximizar seus ganhos a partir de recursos escassos. Seu compromisso com a eficiência e a maximização da riqueza total proporcionam boa parte da sua força. O mercado representa o meio mais efetivo para organizar as relações econômicas e o mecanismo dos preços funciona para garantir que do intercâmbio comercial tendam a resultar vantagens mútuas e, portanto, benefícios sociais agregados (GILPIN, Robert).

A maioria dos liberais considera as regras da economia como leis naturais invioláveis. Entretanto, elas podem ser vistas, também, como *“guias prescritivos para a tomada de decisão. Se forem violadas, haverá um custo; a busca de outros objetivos, além da eficiência, implicará necessariamente um custo, em termos de eficiência perdida.”*<sup>29</sup>

A principal crítica feita ao liberalismo econômico consiste em que suas premissas básicas, tal como a existência de atores racionais do mercado competitivo, são irrealistas. Porém, não se pode desconsiderar o fato de que os liberais adotam conscientemente essas premissas simplificadoras da realidade para facilitar a pesquisa científica. Ou seja, este é um recurso da ciência.

Por outro lado, há diversos pontos em que o liberalismo econômico pode ser criticado. Como um meio para compreender a sociedade, especialmente a dinâmica social, a ciência econômica é um instrumento de utilidade limitada e não pode servir para uma abordagem abrangente da economia política (GILPIN, Robert).

I. Uma dessas limitações se dá quando o pensamento econômico separa a economia de outros aspectos da sociedade. Ao fazer tal separação, corre-se o risco de não levar em consideração fatores importantes dentro da sociedade que determinam suas características. Não se considera, por exemplo, a diferença entre os indivíduos, fronteiras políticas e imposições sociais, *“no entanto, na vida real é muito comum que o ponto de partida determine o destino desses atores.”*<sup>30</sup>

II. Outra limitação da economia liberal é não considerar a justiça ou a equidade dos resultados da atividade econômica. Apesar dos seus esforços heróicos para formular uma economia do bem-estar objetiva, a distribuição da renda entre as sociedades e em cada uma delas não está presente no campo de visão fundamental da economia liberal.

III. Limita-se, também, já que o liberalismo tem como fundamento comércio ser sempre livre em um mercado competitivo entre iguais com perfeita informação. Não se consideram, assim, outros atores, que influenciam diretamente o comércio tais como monopólio, influência política, etc.

IV. A economia liberal também é limitada já que sua análise tende a ser estática. Ou seja, para os liberais, problemas relacionados com as origens ou as direções tomadas pelas instituições econômicas e o aparelho tecnológico da sociedade são secundários. O economista liberal é incrementalista e acredita que as estruturas sociais tendem a mudar lentamente, em reação aos sinais dados pelos preços.

---

<sup>29</sup> Robert Gilpin, p. 62.

<sup>30</sup> Dahrendorf, 1979, apud Gilpin, p. 63.

## b) Crítica do Nacionalismo Econômico

Conforme descrito anteriormente, o nacionalismo econômico tem como sua maior força o foco no Estado como ator predominante nas relações internacionais e como instrumento de desenvolvimento econômico. Ainda considerando a existência de outros atores como as organizações internacionais, as quais exercem grande influência, a eficiência econômica e militar do Estado faz com que ele tenha posição de preeminência dentre todos os atores presentes (GILPIN, Robert).

Uma segunda força do Estado Nacionalista é sua ênfase na importância da segurança e nos interesses políticos na organização e na conduta das relações econômicas internacionais.

*“Não é preciso aceitar a ênfase nacionalista no primado da segurança para compreender que em um sistema internacional anárquico e competitivo a segurança do Estado é uma condição necessária para a sua higidez econômica e política. O Estado que não garante sua própria segurança perde a independência. Quaisquer que sejam os objetivos da sociedade, os efeitos das atividades econômicas sobre a independência política e o bem-estar interno constituem matéria importante na pauta das suas.”<sup>31</sup>*

A terceira força do Estado Nacionalista é a importância dada à estrutura política das atividades econômicas, seu entendimento de que o mercado precisa funcionar em um universo de Estados e grupos competitivos. As relações políticas entre esses atores afetam o funcionamento dos mercados, assim como estes últimos influenciam as relações políticas. Com efeito, o sistema político internacional constitui uma das limitações mais importantes e determinantes dos mercados nacionais; como os Estados procuram influir sobre os mercados em vantagem própria, é crucial o papel do poder na criação e na sustentação das relações de mercado (GILPIN, Robert).

Por outro lado, o Estado nacionalista também sofre críticas. Sua tendência em acreditar que as relações econômicas internacionais são um jogo de soma zero, significando que, para um Estado ganhar, o outro precisa perder, descartando, por exemplo, a possibilidade de cooperação.

---

<sup>31</sup> Strange, 1985c, p. 234, apud Gilpin, p. 65.

As relações econômicas, especialmente o comércio e o investimento são vistas pelos nacionalistas como conflitivos e distributivos. A crítica a ser feita é que, quando há cooperação, os mercados podem trazer um ganho recíproco, como insistem os liberais – embora não necessariamente igual. É a possibilidade de vantagem para todos os participantes que constitui a base da economia de mercado internacional (GILPIN, Robert).

A segunda crítica de respeito ao conflito entre o ganho pelo poder e a busca pela riqueza, ou seja, os esforços do Estado para preparar e desenvolver seu poderio militar em decorrência de custos à sociedade.

Assim, conforme Adam Smith, *“as políticas mercantilistas dos Estados do século XVIII que identificavam o dinheiro com a riqueza prejudicavam o aumento da riqueza real, criado pelos incrementos de produtividade.”*<sup>32</sup>

Outra crítica ao nacionalismo econômico é sua presunção de que a sociedade e o Estado formam uma entidade unitária e que a política externa é determinada por um propósito nacional objetivo. Ainda que os Estados tenham diferentes graus de autonomia social e de independência na formulação das suas políticas, a política externa (incluindo-se aí a econômica) resulta da competição entre os grupos dominantes dentro de cada sociedade.

Por fim, o nacionalismo pode ser interpretado ou como uma teoria da consolidação do Estado ou como um disfarce para encobrir os interesses de determinados grupos de produtores, grupos estes que se encontram em posição de influenciar a política nacional (GILPIN, Robert).

---

<sup>32</sup> Robert Gilpin, p. 66.

### c) Crítica da Teoria Marxista

Não se pode deixar de lado as contribuições que a teoria marxista trouxe às relações econômicas internacionais, principalmente no que se refere a identificar como problema econômico a produção e distribuição de riquezas materiais e colocá-lo no centro da vida política. Enquanto os liberais tendem a ignorar a distribuição e os nacionalistas estão preocupados primordialmente com a distribuição internacional da riqueza, os marxistas focalizam os efeitos internos e internacionais da economia de mercado na distribuição da riqueza (GILPIN, Robert).

Ademais, é louvável sua ênfase na natureza e na estrutura da divisão do trabalho, especialmente considerando que as relações, principalmente econômicas, entre os grupos e Estados são de extrema importância no que se refere à determinação do seu bem-estar e das suas relações políticas.

Entretanto, considerar que a interdependência econômica é o único conjunto das relações entre os Estados acaba limitando o pensamento marxista. *“As relações políticas e estratégicas entre os atores políticos têm a mesma ou maior importância, e não podem ser reduzidas a simples considerações econômicas, pelo menos não como os marxistas definem economia.”*<sup>33</sup>

É de grande importância, também, seu foco nas transformações políticas internacionais, já que o marxismo enfatiza o papel da economia e da tecnologia para explicar a dinâmica do sistema internacional. Todavia, a maior crítica feita à teoria marxista é baseada no fato de não levar em consideração o papel dos fatores políticos e estratégicos nas relações internacionais, não sendo necessário aceitar a teoria marxista segundo a qual a dinâmica das relações internacionais modernas tem como causa a necessidade de exportar mercadorias e capital excedentes das economias capitalistas.

Mesmo com as críticas feitas durante este trabalho, reconhece-se aqui a importância e influência da teoria marxista na economia política e nas relações internacionais. Modificado no fim do século XX, o marxismo, em suas várias manifestações, continua a exercer grande influência como uma das três principais

perspectivas da economia política. Ela impôs ao capitalismo, com seus fundamentos na escola liberal, contradições e problemas estruturais que levariam ao seu próprio fim.

Em resposta à imposição marxista, o sistema capitalista teve que ser revisto, apresentando a resposta fundamental da teoria liberal às leis do marxismo, ou seja, o capitalismo do estado de bem-estar social. O capitalismo do estado do bem-estar social realizou muitas das reformas que Lenin acreditava impossíveis. E é a partir dessa resposta que está baseada a segunda parte deste capítulo.

---

<sup>33</sup> Robert Gilpin, p. 69.



## 2.2 - Resposta do Pensamento Liberal – Bem-Estar Social

Fazendo uma análise do debate entre as três perspectivas e para entender como foi a resposta da Dinamarca ao pensamento Liberal frente aos desafios impostos pelo pensamento Nacionalista e, em especial, pelo pensamento Marxista, deve-se voltar ao início do século XX e compreender os motivos, principalmente econômicos, que propiciaram a firmação do Estado de bem-estar social.

O início do século XX foi o período em que o Estado Capitalista, com seus fundamentos da escola Liberal, firmou-se, mostrando ser mais eficaz e mais pragmático que o Estado Nacionalista e os conflitos entre classes da teoria Marxista. Tal firmação foi possível graças ao grande período de crescimento econômico dessa época. Em contrapartida, sua primeira grande crise pôde ser vista durante a Grande Depressão de 1929.

*"Os profundos abalos sofridos pelas economias capitalistas em suas estruturas produtivas, financeiras e comerciais, provocados pela grande depressão (1929-1933) iriam induzir a grandes transformações no delineamento das políticas econômicas dos sistemas capitalistas".<sup>34</sup>*

Ainda que se pudesse observar um período de recuperação ao final da Grande Depressão de 1929, disputas internacionais pelo poder fizeram com que o crescimento econômico fosse mais uma vez interrompido. Ou seja, o período de recuperação que pôde ser observado nos anos 30 é novamente interrompido pela Guerra e a maioria dos Estados Europeus somente conseguiu entrar em um processo de recuperação no final dos anos 40. A respeito das relações políticas, as disputas internacionais pelo poder, com intensos apelos nacionalistas, levaram a tensões políticas e, conseqüentemente, à II Guerra Mundial no final dos anos 30.

De maneira semelhante ao final da Grande Depressão de 1929, o final da II Guerra Mundial foi um período de grande crescimento econômico e de estabilidade nos países capitalistas. Porém, com a crise do Estado, no início da década de 1970, a economia capitalista entra em sua mais profunda crise histórica, potencializada pela crise financeira internacional.

---

<sup>34</sup> Suely Maria Ribeiro Leal, p. 3.

Ao final da II Guerra, novos debates teóricos a respeito da teoria liberal vieram à tona, no sentido de que o Estado no modelo Liberal não já não mais conseguia sustentar o crescimento econômico, o que permitiu um novo debate a respeito do papel do Estado nas economias capitalistas.

*"Algo em comum surgia no seio dos debates teóricos de então: as políticas econômicas de corte liberal, até então predominantes, já não se tornavam adequadas para permitir o pleno desenvolvimento do processo econômico, as políticas de "laissez-faire" que asseguravam os mecanismos de livre mercado, não davam conta dos objetivos macro-econômicos de crescimento estável, abrindo espaço para um vasto campo teórico sobre o papel do Estado nas economias capitalistas."<sup>35</sup>*

Foi uma época de grandes transformações no cenário mundial, momento em que houve um avanço não só dos regimes socialistas na Europa, bem como de partidos políticos comunistas, especialmente no norte da Europa. Este mesmo período coincidiu com a organização de um amplo aparato de regulação, dando origem a instituições reguladoras, a criação da Organização das Nações Unidas, com suas características anti-socialistas e contra a idéia de formação de blocos comunistas.

O Estado capitalista precisava de uma reformulação em seus pensamentos. Socialmente, os partidos políticos conservadores por toda a Europa se organizavam para face ao Comunismo, havendo um recuo do Estado Liberal. Com grande força política, movimentos sindicais operários tinham forte ligação e influência sobre a constituição dos partidos de massa. Tais partidos de massa tinham como prioridade a organização política da classe trabalhadora, assim como na conquista ou transformação do Estado Burguês, que, neste momento, observa-se ser proposta de mudanças "por cima" (LEAL, Suely Maria Ribeiro). O movimento operário europeu podia, então, utilizar seus esforços para a própria organização econômica, o que era permitido também por grandes corporações monopolistas, as quais possibilitaram a formação de uma "aristocracia operária". Ganhava espaço na agenda das corporações assuntos como as lutas no campo econômico e pelos direitos sociais.

---

<sup>35</sup> Suely Maria Ribeiro Leal, p. 3.

Com aqueles novos atores obtendo maior força política, o papel do Estado na economia e mercado teve que ser revisto. Os debates de livre mercado, livre concorrência não mais sustentavam o Estado que se enfraquecia cada vez mais.

Como resposta àquela tendência, ganha força o modelo de Estado Keynesiano. Com a imagem de um novo Estado, inerente às relações sociais de produção capitalista, sua emergência no pós II Guerra fez com que se inserisse nos aspectos da vida econômica social e política.

É válido salientar a sua importância na legitimação da organização política econômica, criando uma relação direta entre economia e bem-estar geral. Uma nova concepção teórica de Estado é sintetizada a partir dos prognósticos de Keynes desde 1926. Nesse sentido, o pensamento Keynesiano representará o elemento que faltava para legitimar e organizar a nova política econômica. Praticando uma política anti-cíclica, enquadrando e reforçando a pura economia de mercado, esse Estado poderá racionalizar a economia em seu conjunto e orientá-la no sentido do bem-estar geral (LEAL, Suely Maria Ribeiro).

O embate político entre o comunismo e liberalismo fez com que países com hegemonia burguesa consolidada, como os Estados nórdicos da Suécia, Dinamarca e Finlândia, revissem sua adesão total ao liberalismo e incorporassem bandeiras sociais, como fornecimento de benefícios aos cidadãos, seguro-desemprego e serviços públicos oferecidos à população, dentre outros.

*"O reformismo social-democrático, o socialismo cristão, as elites esclarecidas da política conservadora, da economia e dos grandes sindicatos na indústria eram as forças mais importantes que lutaram por sistemas cada vez mais amplos de seguro social obrigatório, leis de proteção do trabalho, salários mínimos, ampliação de instituições de saúde e de educação e a construção habitacional subvencionada pelo Estado, assim como pelo reconhecimento dos sindicatos como representantes políticos e econômicos legítimos dos trabalhadores."*<sup>36</sup>

Respeitando-se as diferenças de cada país e generalizando, tal Estado de bandeira social resultou de uma série de fatores. Houve o surgimento, ou pelo menos um ganho maior de força política de atores terceiros, principalmente dos sindicatos. Tais

---

<sup>36</sup> OFFE, Claus. *Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho"*. Volume II. Perspectivas. P. 114.

acontecimentos levaram aos padrões do Estado Dinamarquês de bem-estar social, cujas características podem ser vistas no próximo capítulo.

---

### **CAPÍTULO III – A DINAMARCA E O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL**

Agora que se compreende a formação do Estado de Bem-estar social, será feita uma descrição do Estado Dinamarquês, considerando sua formação histórica, suas características e seus desafios.

O princípio básico do sistema de bem-estar social dinamarquês, freqüentemente referido como o modelo de bem-estar escandinavo, é que *todos os cidadãos têm direitos iguais com relação à seguridade social*<sup>37</sup>. No sistema de bem-estar dinamarquês, certos serviços são disponibilizados aos cidadãos isentos de custos. Isso significa, por exemplo, que os sistemas de saúde e educacional são gratuitos. O modelo de bem-estar dinamarquês é subsidiado pelo Estado e, como resultado, a Dinamarca tem um dos níveis mais altos de impostos no mundo. Na Dinamarca, os gastos públicos totalizam 26% do PIB total. Tal porcentagem, comparado a outros países, pode ser considerado até mesmo baixo, mas aí entram questionamentos a respeito da gestão estatal, dentre outros motivos, o que será abordado mais a frente, na conclusão deste trabalho.

---

<sup>37</sup> Gyldendal Leksikon. Partes da obra estão disponíveis em inglês em <http://www.denmark.dk>.

### 3.1 - História

Em 1883, com a introdução do seguro de saúde público, a Alemanha foi o primeiro Estado a se engajar na seguridade social dos cidadãos. Nos anos seguintes, vários países na Europa estabeleceram dispositivos para assistir seus cidadãos em casos de acidentes, doenças, velhice e desemprego, ou seja, algumas das características essenciais de um estado de bem-estar social.

*"...o Plano Beveridge ao legitimar o National Health Service Act, que em 1946 criou um sistema nacional, universal e gratuito de assistência médica, financiado pelo orçamento fiscal e assim desvinculado da relação contratual que havia caracterizado até então a essência das políticas sociais governamentais. Nascia ali, segundo estes autores, um novo paradigma e só ele poderia ser chamado corretamente de welfare".<sup>38</sup>*

Segundo Esping Andersen, *"o welfare state não pode ser compreendido apenas em termos de direitos e garantias. Também precisamos considerar de que forma as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social".<sup>39</sup>*

Nesse sentido, ainda que o desenvolvimento de dispositivos de bem-estar tenha acontecido de forma individual, alguns países tiveram características comuns em seus sistemas. Os países europeus podem ser divididos de acordo com quatro modelos de sistemas de bem-estar social:

1 - O modelo escandinavo, cujos benefícios sociais são igualitários a todos. Tal modelo também é denominado como Modelo Nórdico, Modelo Social Democrático, ou Modelo Institucional.

2 – O modelo Beveridge, assim chamado devido ao funcionário público britânico que liderou o desenvolvimento dos princípios nos quais o modelo é baseado, oferece benefícios sociais apenas àqueles em grande necessidade. É, também, chamado de modelo Anglo-Saxão, Modelo Liberal ou Modelo de Bem-Estar Social Residual.

3 – O modelo de Bismarck é assim chamado devido ao Chanceler alemão, que proveu as idéias que serviram de base para as primeiras leis sobre seguridade social.

---

<sup>38</sup> José Luís Fiori, p. 3.

<sup>39</sup> Esping Andersen, 1991, apud Fiori, p. 4.

Nesse modelo, os benefícios sociais somente são fornecidos àqueles inseridos no mercado de trabalho. É, também, conhecido como Modelo Europeu Central, Modelo Conservador, ou Modelo de Realização Orientado.

4 - O Modelo Subsidiário, no qual responsabilidades sociais devem ser resolvidas na família, ou por pessoas próximas à família, também é chamado de Modelo da Europa do Sul ou Modelo Católico.<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> Gyldendal Leksikon.

### 3.2 - Benefícios de Bem-Estar Social

O princípio por trás do modelo escandinavo de bem-estar social é que os benefícios devem ser fornecidos a todos os cidadãos que cumprem as condições, independente de situações empregatícias ou familiares. O sistema cobre a todos, é universal. Os benefícios são providos individualmente para que, por exemplo, mulheres casadas tenham seus direitos adquiridos independentemente de seus maridos (Gyldendal Leksikon).

Nas áreas de saúde e desemprego, o direito ao benefício é, entretanto, sempre dependente do emprego anterior e, às vezes também, de ter sido membro de uniões ou sindicatos e de pagamento de contribuições. Todavia, a maior parte do pagamento com despesas ainda é realizada pelo Estado, financiada pelos impostos gerais e não pelas contribuições de mercado.<sup>41</sup>

Nos países escandinavos, o Estado é envolvido no financiamento e organização dos benefícios de bem-estar social disponíveis aos cidadãos de maneira bem maior que em outros países europeus (Gyldendal Leksikon). Por esta razão, o modelo de bem-estar social é acompanhado por um sistema de arrecadação de impostos, composto de grande carga tributária.

Os benefícios fornecidos são mais generosos do que no caso do modelo britânico Beveridge e, combinado ao sistema tributário, traz uma redistribuição muito maior que no caso do modelo de Bismarck, cujo objetivo está voltado à manutenção do status social de cada cidadão (Gyldendal Leksikon).

O padrão escandinavo de organização também é muito mais simplificado e de fácil compreensão do que os outros modelos europeus. Nos países escandinavos, a maioria das obrigações para o bem-estar social é tomada pelo Estado ou autoridades locais e apenas pequena parte é tomada pelos indivíduos, famílias, igrejas ou organizações nacionais para o bem-estar.

---

<sup>41</sup> Gyldendal Leksikon.



### **3.3 - Serviços e emprego**

Uma característica essencial do modelo escandinavo de bem-estar social é o fato de que, mais que benefício em dinheiro, os cidadãos têm direito a uma larga gama de serviços providos pelas autoridades. Os serviços são freqüentemente gratuitos ou subsidiados. No campo social, a organização e financiamento de transferências de pagamento e prestação de serviços ocorrem dentro do mesmo sistema unificado (Gyldendal Leksikon).

Desde a Segunda Guerra Mundial, tem sido politicamente uma parte importante do modelo de bem-estar social escandinavo procurar assegurar emprego a todos os cidadãos. Entretanto, isso não tem sido possível na Dinamarca desde meados de 1970. Desde então, desemprego tem sido assunto de urgência na Dinamarca, assim como na Noruega e na Suécia.

Os países escandinavos são, contudo, os países de maior índice de participação no mercado de trabalho no mundo, parte devido ao fato de que as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho, praticamente em mesmos números percentuais aos dos homens (Gyldendal Leksikon).

### 3.4 - O Estado de Bem-Estar Social como compromisso político

O modelo escandinavo de bem-estar social funciona dentro de uma economia de mercado capitalista, na qual desigualdades de distribuição de renda e concentração de riquezas e poder são, de certa forma, permitidas.

Em termos políticos, há em todos os países escandinavos uma democracia parlamentar com relações próximas entre organizações que representam os interesses de ambos empregadores e empregados e o sistema político.

A discussão sobre a organização e o desenvolvimento do Estado de bem-estar social também compõe parte do debate político nos países escandinavos. Chamar o modelo escandinavo de “modelo social democrático” é, entretanto, deturpado (Gyldendal Leksikon).

De maneira geral, todos os partidos políticos nos países escandinavos contribuíram para o desenvolvimento do Estado de bem-estar social nos últimos 100 anos. Isso se aplica a todos os partidos que estiveram no governo, sem exceção, sendo que todos os países escandinavos tiveram governos não-socialistas ou participações não-socialistas no governo.

*"O estado de bem-estar social não representa uma ideologia Social-Democrática, mas sim, um compromisso político sobre como organizar e financiar os benefícios sociais, de saúde e de educação, cujas decisões políticas foram tomadas com a finalidade de prover aqueles benefícios à população".<sup>42</sup>*

Os partidos sociais democratas não idealizaram o modelo escandinavo de bem-estar social, porém, em comparação aos outros partidos, eles demonstraram grande iniciativa. Ao mesmo tempo, pôde-se observar que houve maior cooperação política entre os partidos políticos escandinavos no desenvolvimento do Estado de bem-estar social, se comparados a outros países na Europa.<sup>43</sup>

A diferença entre os pontos de vista foi menor e a semelhança de interesses maior. Conseqüentemente, o sistema de bem-estar social foi estabelecido de maneira

---

<sup>42</sup> Gyldendal Leksikon.

mais harmoniosa e, em diversas áreas, mais compreensiva do que em outros países no mundo.

---

<sup>43</sup> Gyldendal Leksikon.

### 3.5 - Futuro do Estado de bem-estar social

A dúvida é, portanto, se o compromisso nacional pode ser mantido frente aos desafios do futuro, tais como crises financeiras internacionais, crescimento econômico sustentável, manutenção do caro sistema de benefícios e, em uma visão mais complexa, o próprio papel do Estado na economia e no comércio. De maneira geral, as mudanças e cortes feitos, recentemente, no sistema de bem-estar social nos países escandinavos – e foram muitos – indicam uma adaptação do sistema à atual conjuntura econômica.

Ou seja, uma reforma é necessária, mas de tal maneira que ainda mantenha seus fundamentos de um Estado de bem-estar social.

*"Isso não significa que as mudanças estão sendo feitas no conceito do Estado de bem-estar social, o que acarretaria a adoção de outro modelo. Contudo, observa-se, hoje, que um sistema de bem-estar social mais fragmentado vem, lentamente, emergindo nos países escandinavos. Em todos os países escandinavos, um sistema de bem-estar social tem se desenvolvido, dando maiores benefícios àqueles inseridos no mercado de trabalho. Isso é um claro desvio do princípio de igualdade, que é o coração do modelo escandinavo de bem-estar social".<sup>44</sup>*

A brecha se dá, em parte, devido ao fato de que melhores dispositivos foram desenvolvidos no que se refere a licenças maternidade, doença e pensões por meio de livres acordos coletivos entre empregadores e empregados, os quais regulam as condições no mercado de trabalho nos países escandinavos. Ou seja, melhores benefícios são pagos à vasta maioria de empregados no mercado de trabalho escandinavo, inclusos em tais acordos, mas, não a todos os cidadãos.

---

<sup>44</sup> Gyldendal Leksikon.

### 3.6 - Desafios

Nos próximos anos, a política social e de saúde dinamarquesa enfrentará diversos desafios. Assim, como em outros países, a proporção de pessoas inseridas como força de trabalho se reduzirá nos próximos 20 a 30 anos, enquanto a proporção de idosos crescerá, conforme mostram as tabelas 3.1 e 3.2:

Tabela 3.1  
População

	Unidade	1970	1980	1990	2000	2007
População em 1º de janeiro	Milhões	4.91	5.12	5.14	5.33	5.45
0-19 anos de idade	Porcentagem	31.0	28.7	24.3	23.7	24.5
20-59 anos de idade	Porcentagem	51.1	51.9	55.3	56.6	53.5
Acima de 60 anos de idade	Porcentagem	17.5	19.3	20.4	19.7	22.0

Dados extraídos do centro dinamarquês de estatísticas <http://www.statbank.dk>

Tabela 3.2  
Expectativa de vida

	Unidade	1970	1980	1990	2000	2006
Expectativa de vida						
Homem	Anos	70.8	71.2	72.2	74.5	75.9
Mulher	Anos	75.7	77.3	77.8	79.2	80.4

Dados extraídos do centro dinamarquês de estatísticas <http://www.statbank.dk>

Hoje, os dinamarqueses vivem, em média, mais do que nos anos 70. A expectativa média de vida é aproximadamente de 80 anos para as mulheres e de 76 anos para os homens, sendo que, no início dos anos 70, a expectativa média era de cerca de 76 anos para as mulheres e de 71 anos para os homens.

Tal fato constitui um desafio fundamental para o sistema dinamarquês, o qual é baseado no pagamento de impostos por aqueles que trabalham ativamente.

Com relação ao pagamento da aposentadoria, a Dinamarca se encontra, de certa maneira, em uma posição mais tranqüila em comparação aos outros países,

considerando que parte significativa dos futuros pagamentos de aposentadoria é baseada em poupanças. Porém, espera-se maior pressão no tocante aos serviços sociais e de saúde aos idosos (Gyldendal Leksikon).

Ainda que, em comparação a outros países, a Dinamarca esteja em uma posição mais tranqüila, o maior desafio ainda é a previdência social. E há diversas maneiras de contornar essa pressão.

O financiamento dos serviços pode ser alterado, enfatizando-o mais sobre contribuições individuais pelos pensionistas do futuro, que serão mais abundantes que os pensionistas de hoje. Entretanto, contribuições individuais tendem a ser socialmente desequilibradas, de maneira inconsistente com o fundamento da política dinamarquesa de bem-estar social.

Outra forma seria contornar a pressão demográfica na força de trabalho, por meio de esforços para aumentar o trabalho realizado pela parte da população apta ao mercado de trabalho, a qual trabalha, atualmente, de forma limitada. Isso inclui, por exemplo, pessoas recebendo aposentadorias muito cedo – correspondentes a 10% de toda a força de trabalho – assim como diversas pessoas que desejam se aposentar anteriormente à idade oficial de aposentadoria de 65 anos.

Uma terceira opção seria, ainda, aumentar a eficiência na área de saúde e, principalmente, na área social, nas quais se pode ganhar muito por meio de maior profissionalismo (Gyldendal Leksikon).

Como pôde ser visto durante o trabalho, O Estado de bem-estar nunca foi um sistema sem desafios, seja na Escandinávia, seja em outros lugares, e, assim sendo, crises em Estados de bem-estar social têm sido, nos últimos anos, assunto de prioridade na agenda política dos países escandinavos. Tal crise consiste em diversos elementos e é causada, dentre outros motivos, devido ao fato de a atual estrutura do sistema ter sido originada e desenvolvida nos anos de 1960 a 1970 (Gyldendal Leksikon), época de grande crescimento econômico e baixo desemprego. O financiamento do Estado de bem-estar social se tornou, portanto, um problema, o qual representa, em longo prazo, uma ameaça ao sistema de bem-estar social.

## CONCLUSÃO

Compreender as relações e os efeitos do mercado sobre as sociedades e o inter-relacionamento dos atores nas relações internacionais, a relação entre o Estado e o mercado, o significado do mercado para o crescimento econômico e para a distribuição de riquezas, além de seu papel na organização das sociedades nacionais e internacionais, é fundamental para permitir uma análise da economia política no âmbito das relações internacionais.

Sendo assim, é essencial analisar profundamente as distintas visões e perspectivas - liberalismo, nacionalismo e marxismo -, verificando os seus fundamentos. Ademais, é de extrema importância fazer um parâmetro histórico dos principais eventos e acontecimentos que fundamentaram a formação e desenvolvimento de cada perspectiva. O contínuo debate nas relações internacionais leva a um aprimoramento de cada visão e ao aperfeiçoamento de ações políticas vis-à-vis tomadas de decisões dos diferentes atores.

Como pôde ser visto durante o desenvolvimento desse trabalho, o modelo capitalista, com seus fundamentos na perspectiva liberal da economia política, foi obrigado a sofrer profundas modificações durante a história, não somente em resposta às críticas das outras perspectivas, mas também para se manter como pensamento predominante do final do século XIX até os dias atuais.

A criação do Estado capitalista de bem-estar social foi fundamental. Permitiu-se, assim, a manutenção do Estado liberal, do livre comércio, do objetivo de manutenção de crescimento econômico, ao tempo que este mesmo Estado fornece aos cidadãos e grupos organizados da sociedade civil obrigações e benefícios para suprir os principais momentos de dificuldades, sejam do Estado em si, sejam individualmente.

A Dinamarca acompanhou essa tendência, o que também pôde ser visto em outros países do norte da Europa, especialmente na região da Escandinávia. O país sentiu-se obrigado, assim como os outros países europeus, a defender-se da tendência ao

“mundo vermelho”, ou seja, da expansão do mundo socialista, liderado pela União soviética.

O paternalismo é uma das principais características do Estado de bem-estar social, o qual protege a sociedade contra adversidades econômicas, ao custo de altos tributos. Sua manutenção, entretanto, é um dos maiores desafios dos diversos países que o adotaram, pois a sociedade além de concentrar grande poder ao Estado, torna-se dependente dele. As conseqüências são sutilmente sentidas em longo prazo, no âmbito político e econômico.

Os altos impostos em grande escala dificultam novos investimentos e consumo, ocasionando desemprego e obstruindo o aumento da riqueza do país. A previdência estatal juntamente com os privilégios e proteções concedidos à sociedade resultam em um considerável número de pessoas improdutivas, acomodadas pelos inúmeros benefícios. Pode-se tornar um ciclo vicioso.

Uma possível alternativa é a limitação dos benefícios aos desempregados. Uma política rígida, na qual fosse determinado um período máximo para receber benefícios e um controle sobre as ofertas de empregos, poderia ser uma estratégia para o aumento da produtividade do país. Outra possível alternativa seria também uma política de incentivo ao desenvolvimento pessoal, conforme já ocorre na Dinamarca. Tal política faz com que os desempregados tenham apoio das autoridades locais no sentido de prover cursos para desenvolvimento de competências, assim como de realocação no mercado de trabalho.

A centralização econômica do Estado impede a criatividade e a renovação tecnológica do mercado. A idéia do bem-comum do Estado de bem-estar social e o constante alargamento do seu poder, por vezes colocam em risco a própria democracia. As regulamentações demasiadas controladoras da vida privada sufocam o amadurecimento do mercado. A participação desses países em blocos regionais e, principalmente, em blocos intra-regionais forçaria uma descentralização gradual da economia e oportunamente resultaria em uma população menos dependente do Estado.

O Estado de bem-estar social é caro, o que exige investimentos, crescimento econômico sustentável e eficiente administração pública, dentre outros fatores. Surgem,



portanto, questionamentos acerca de como manter um Estado competitivo e de como garantir a eficiência na gestão estatal. Para tais questionamentos, é válida uma análise do "Estado Logístico" citado na introdução deste trabalho, no sentido de aliar os aspectos positivos do liberalismo e do keynesianismo.

Uma forma de manter a eficiência na gestão estatal seria por meio do combate à corrupção. Um Estado menos oneroso e intervencionista cria menos oportunidades para a corrupção e desobstrui o desenvolvimento econômico, mantendo-se, assim, competitivo. Outra alternativa a ser considerada é a adoção de políticas de incentivos às empresas e aos trabalhadores.

Certamente, o debate entre diferentes perspectivas fomentará as discussões acerca dos tipos de Estado passíveis de implementação. Novas visões surgirão para aprimorar ainda mais as relações entre Estado e sociedade, além de aprimorar o estudo da economia política no âmbito das Relações Internacionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BRESSER-PEREIRA**, Luiz Carlos. *Esquerda Nacional e Empresários na América Latina*. 2007. O artigo está disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a05n70.pdf>

**BRESSER-PEREIRA**, Luiz Carlos. *Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado*. O artigo está disponível em [http://www.buscalegis.ufsc.br/arquivos/T\\_140607\\_08.pdf](http://www.buscalegis.ufsc.br/arquivos/T_140607_08.pdf)

**CARNOY**, Martin. *Estado e Teoria Política*. 7ª Edição. Princeton University Press, 1984.

**FIORI**, José Luís. *Estado do Bem-Estar Social: Padrões e Crises*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

**GYLDENDAL LEKSIKON**, disponível em inglês em [www.denmark.dk](http://www.denmark.dk).

**GILPIN**, Robert. *A Economia Política das Relações Internacionais*. Princeton University Press, 1987.

**HVIDT**, Kristian. *You on us*. Royal Danish Ministry of Foreign Affairs, 2002.

**LEAL**, Suely Maria Ribeiro. *A outra face da crise do Estado de Bem-Estar Sócia: Neoliberalismo e os novos movimentos da sociedade do trabalho*. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1990.

**OFFE**, Claus. *Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”*. Volume II. Perspectivas.

**OLIVEIRA**, Marcia. *O que podemos aprender com a Dinamarca*. Curitiba, 1998.

**SUKIENNIK**, Bernardo Pablo. *Estado Logístico: contribuição das relações internacionais ao Direito*. O artigo está disponível em <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/view/22505/22068>

## SITES VISITADOS

**Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**

[www.undp.org](http://www.undp.org), acessado em 05/08/2008

**Portal Oficial da Dinamarca na Internet**

[www.denmark.dk](http://www.denmark.dk), acessado em 05/02/2008

**Portal da Embaixada da Dinamarca no Brasil**

[www.ambrasilia.um.dk](http://www.ambrasilia.um.dk), acessado em 05/02/2008

**Ministério das Relações Exteriores da Dinamarca**

[www.um.dk](http://www.um.dk), acessado em 05/02/2008

**Ministério das Relações Sociais da Dinamarca**

[www.social.dk](http://www.social.dk), acessado em 05/02/2008

**Ministério de Finanças da Dinamarca**

[www.fm.dk](http://www.fm.dk), acessado em 05/02/2008

**Ministério do Bem-estar Social da Dinamarca**

[www.im.dk](http://www.im.dk), acessado em 05/02/2008

**Centro Dinamarquês de Estatísticas**

[www.dst.dk](http://www.dst.dk), acessado em 05/02/2008

**Informações do setor público da Dinamarca**

[www.borger.dk](http://www.borger.dk), acessado em 05/02/2008